



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA DE SALTO DO JACUÍ

CAPITAL GAÚCHA DA ENERGIA ELÉTRICA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Município de Salto do Jacuí

**ATA DE JULGAMENTO DE PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO
ELETRÔNICO 007/2025**

Na manhã do dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte e cinco, a Pregoeira, responsável pelas licitações na modalidade Pregão, designada pela Portaria nº 060/2024, de vinte e quatro de janeiro de 2024, procedeu com a análise acerca do pedido de impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico 007/2025, o qual objetiva a aquisição de materiais elétricos diversos para manutenção da iluminação pública do Município. Trata-se de pedido de impugnação interposto pela empresa D.M.P. EQUIPAMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ 38.874.848/0001-12, a qual solicitava mudanças no objeto da licitação e prazo de entrega dos materiais.

Após minuciosa análise do referido pedido de impugnação, bem como da manifestação técnica do setor de Obras do Município e do parecer jurídico da Assessoria Jurídica deste Município, decido acatar o referido parecer, concedendo a procedência parcial do pedido de impugnação. Em relação ao solicitado no que tange à mudança do objeto (mudança nas características dos materiais solicitados), opto pela IMPROCEDÊNCIA do mesmo, pois, conforme os pareceres técnico e jurídico, a Municipalidade possui a discricionariedade para optar pela padronização do sistema, ou seja, tem o poder discricionário de solicitar materiais compatíveis com os já licitados em anos anteriores, mantendo um padrão de instalação e materiais. Já em relação à solicitação de um prazo maior para entrega dos produtos, julgo o pedido PROCEDENTE, sendo que o prazo será alterado e aumentado para 30 (trinta) dias.

Sendo assim, acato PARCIALMENTE o pedido de impugnação, e remarco a sessão de disputa para data posterior, considerando o prazo de 8 (oito) dias úteis para as readequações que se fazem necessárias.

Salto do Jacuí, 22 de abril de 2025.


DIESSICA TAÍS ADIERS
Pregoeira



PARECER JURÍDICO 033/2025

ASSUNTO: Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 007/2025, pela empresa D.M.P EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: Aquisição de Materiais Elétricos Diverso, a serem utilizados na manutenção da iluminação pública do Município.

OBJETO: PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. EXAME DA DISCRICIONARIEDADE CUMPRIMENTO DAS NORMAS E PRINCÍPIOS NORTEADORES DA LICITAÇÃO.

I - HIPÓTESE FÁTICA

Cuida-se de impugnação interposta pela empresa, quanto ao edital de Pregão Eletrônico 007/2025, requer a inclusão da exigência que as luminárias de LED as quais sejam de fabricação nacional e/ou a inclusão do art. 26 da Lei nº 14.133/2021, assegurando os benefícios econômicos e sociais, da mesma forma se manifesta em oposição referente a descrição do item 001, especificamente em relação da potência entende estar em desacordo, ainda da mesma forma requer que seja alterada a CLÁUSULA TERCEIRA, referente a entrega, alega que o prazo previsto de 10 dias é muito limitado.

É o que se tem a relatar.

Em seguida, exara-se o opinativo e a análise jurídica.



II. MÉRITO DA CONSULTA

A presente análise tem a finalidade de verificar a conformidade do procedimento, com as disposições fixadas na nova Lei de licitações, em especial no caso concreto, as impugnações editalícias.

Preliminarmente, cumpre esclarecer que, a presente manifestação limitar-se-á à dúvida estritamente jurídica "in abstrato", ora proposta e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico-financeiros e quanto a outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração. Inclusive, entendimento do Tribunal de Contas da União afirma que não é da competência do parecerista jurídico a avaliação de aspectos técnicos da licitação. Acórdão 1492/2021 – TCU PLENÁRIO.

Por essa razão, a emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

A norma citada acima é fundamental para assegurar a correta aplicação do princípio da legalidade, para que os atos administrativos não contenham estipulações que contravenham à lei, posto que, o preceito da legalidade é, singularmente, relevante nos atos administrativos. Assim, se faz



necessário o exame prévio, para que a Administração não se sujeite a violar um princípio de direito, o que é severamente tão grave como transgredir uma norma.

Por esse motivo, a Constituição Federal em seu artigo 37 estabelece que, a Administração Pública observará os Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Já no que tange a inafastabilidade do procedimento licitatório, o inciso XXI do artigo retro mencionado assevera que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Em vista disso, e considerando que a impugnação ataca itens discricionários do edital e por ser uma matéria mais específica do objeto, junta-se manifestação do técnico da Secretaria de Obras.

No item 001, esta Administração não mencionou marca dos produtos ao qual está licitando, na realidade, é requisito utilizado em todas as licitações deste município, uma vez que é de interesse público saber o que se está adquirindo, considerando que já ocorreram as primeiras fases da instalações da iluminação de led, sendo este processo a continuidade, devendo obrigatoriamente seguir os padrões das primeiras aquisições, mantendo a padronização. Nas visões de Denise Borges Barbosa:

"A marca, ao designar um produto, mercadorias ou serviço, serve para em princípio para [sic] identificar a sua origem; mas, usada como propaganda, além de poder também identificar a origem, deve primordialmente incitar ao consumo, ou valorizar a atividade empresarial do titular." (In Uma introdução



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO JACUÍ

Capital Gaúcha da Energia

à propriedade intelectual, 2ª edição revista e atualizada – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003, Pág. 801).

Além do mais, o presente edital não está requerendo alguma marca em específico, somente a sua exposição, o qual é básico e praticamente obrigatório nos produtos comercializáveis, sendo de fácil acesso às empresas do ramo.

Por fim, de se ter em conta que o procedimento administrativo almeja a seleção da proposta mais vantajosa, tanto no sentido qualitativo como quantitativo e, por conseguinte, possibilitar a disputa e o confronto equilibrado entre os participantes, conforme prevê o artigo 37, XXI da Constituição Federal.

III - DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, conclui-se, salvo melhor juízo, esta Assessoria Jurídica posiciona-se pela **improcedência parcial** dos pedidos formulados pela a empresa impugnante, sendo que o pedido que deve ser provido, é alteração da cláusula referente a entrega, a qual deve ser retificada, para um prazo maior, no mais encaminhando a Pregoeira para as devidas providências.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Salto do Jacuí, 17 de Abril de 2025

LEONIR DA SILVA
PEREIRA:9858001
9087

Assinado de forma digital
por LEONIR DA SILVA
PEREIRA:98580019087
Dados: 2025.04.17
15:39:55 -03'00'

Leonir da Silva Pereira
Assessor Jurídico
Advogado
OAB/RS 99.474



Manifestação Técnica

O Técnico em Eletricidade do Município, se manifesta no sentido que os objetos solicitados que deram origem ao Pregão Eletrônico nº 007/2025, encontra-se respaldados com todas as exigências técnicas, bem como obedecendo a legislação em vigor, ainda, deve-se ainda ser considerado, a padronização do sistema, visto que tais objetos foram adquiridos no ano de 2022, seguindo todas exigências, sendo realizados todos testes laboratoriais, bem como aprovados pela concessionária de energia CPFL-RGE.

Sendo que tínhamos para momento;

Atenciosamente,

Salto do Jacuí, 15 de abril de 2025.

Rodrigo João Grendene
Técnico em Eletricidade